



USO E DESCARTE DE ABSORVENTES PLÁSTICOS E A POBREZA MENSTRUAL

MARIANA LIMA DE SOUSA; JOSÉ AIRTON ROLIM NETO

RESUMO

O presente trabalho visou evidenciar a problemática acerca do descarte de absorventes plásticos e seu impacto ambiental e demonstrar como a substituição por coletores menstruais, calcinhas higiênicas e outros meios de contenção do fluxo, com o objetivo de diminuir danos ao meio ambiente se mostra cada vez necessário sendo uma medida corolário ao princípio ambiental constitucional que visa garantir o direito a um meio ambiente equilibrado e saudável as próximas gerações. A posteriori fez-se necessário uma análise acerca da problemática da pobreza menstrual e suas consequências que atingem diferentes mulheres de diferentes classes. Teve como objetivo a discussão acerca de como a pobreza menstrual faz com que itens de higiene sejam considerados produtos de luxo e que sejam usados meios alternativos que põem em risco a saúde das pessoas que menstruam, e como a adoção de meios alternativo mais sustentáveis mostra-se necessário uma análise do quanto estes precisam ser implementados de forma a serem acessíveis a todos como forma de assegurar o direito a dignidade e saúde como direitos fundamentais assegurados a todos constitucionalmente. Como método, tratou-se de uma pesquisa básica, meramente descritiva, com uma abordagem do tipo qualitativa, com método dedutivo e que teve como procedimento a revisão bibliográfica pois teve o uso de artigos científicos. Como resultado a pesquisa mostra a necessidade de discussão multidimensional sobre a importância de meios sustentáveis, mas que tais meios precisam ser acessíveis a fim de trazer equidade de acesso a itens de higiene, bem como educação ambiental para conscientizar acerca do descarte de rejeitos e discussão mais ampla do problema da pobreza menstrual e todos os seus desdobramentos.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Sustentabilidade; Questões de Gênero; Direitos Humanos; Educação Ambiental.

1 INTRODUÇÃO:

A pobreza menstrual trata-se de um problema sanitário em que o acesso a itens de higiene para conter o fluxo menstrual é escasso ou inexistente, sendo feito uso de métodos alternativos para conter o fluxo, como uso de jornais, miolo de pão, trapos, ou o uso por muitas horas seguidas do mesmo absorvente (SEMPRE LIVRE E KYRA PESQUISAS & CONSULTORIA, 2018).

As discussões acerca desse entrave sanitário são extremamente novas, sendo o termo cunhado pela ONU em 2014, e conforme pesquisa realizada no Brasil, 26% das mulheres sofrem com a pobreza menstrual, sendo 22% meninas entre 12 e 14 anos e 26% entre 15 e 17 nos, sofrem com a pobreza menstrual (SEMPRE LIVRE E KYRA PESQUISAS & CONSULTORIA, 2018).

No cerne do problema, existem diversos fatores que culminam com a falta de itens de higiene, sejam eles o tabu sobre o corpo feminino, a falta de políticas públicas que visem a

distribuição de itens de higiene para população mais carente, falta de conhecimento sobre o corpo, mas também o fator do valor do absorvente descartável, sendo esse um dos produtos com a maior taxa de do país, de 25% sobre o valor do produto (NERIS, 2020).

Paralelamente a discussão sobre a dificuldade em se adquirir absorventes plásticos, tem surgido o interesse e a substituição ainda maiores dos meios de contenção do fluxo por alternativas mais sustentáveis como por exemplo, o coletor menstrual. Essa substituição fez surgir pesquisas que enfocam o enorme impacto ambiental, onde por exemplo, uma mulher que menstrua por 5 dias, e que usaria 4 absorventes por dia, geraria ao ano cerca de 240 absorventes, com esses mesmos números, caso todas as mulheres usassem de absorventes plásticos, geraria assim 15 bilhões de absorventes descartáveis aos lixões (CHARPENTIER; MARION, et al. 2018).

O trabalho tem como objetivo discutir sobre o descarte dos absorventes plásticos e seu impacto ambiental e sobre a crescente substituição por itens mais sustentáveis que visam trazer menor impacto ao meio ambiente mas discutir isso na perspectiva da pobreza menstrual o quanto os absorventes são ainda itens de luxo para algumas pessoas e o quanto os meios sustentáveis precisam ser acessíveis como forma de trazer equidade e ajudar a combater o problema da pobreza menstrual uma vez que trata-se de um problema que gera violação de Direitos Humanos no que tange ao direito a saúde e o acesso à educação que são direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

2 MATERIAIS E MÉTODOS:

O presente trabalho apresenta como finalidade a captação de conhecimento, com objetivo de disseminá-lo, para que futuramente possam levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, portanto uma pesquisa de finalidade básica (FONTELLES et al, 2009). Quanto aos objetivos, como não era o intuito entrar no mérito do conteúdo, mas apenas observar, registrar e descrever as características de como os absorventes plásticos afetam o meio ambiente e como ainda se mostram uma realidade distante o uso métodos de contenção do fluxo menstrual menos poluentes por grande parte das mulheres, a pesquisa é meramente descritiva (FONTELLES et al, 2009).

Pelo seu alto conteúdo descritivo a pesquisa tem como forma de abordagem a pesquisa qualitativa, examinando a natureza da temática abordada e compreendendo, profundamente, os seus complexos fenômenos, sendo esse exame foi realizado criticamente, por meio de uma análise valorativa de dados de texto (CRESWELL, 2010; MONTEIRO, 2009).

O método que consubstanciou esta pesquisa foi o dedutivo, chegando à conclusão através da análise de argumentos gerais e já difundidos em outras pesquisas, possibilitando, desse modo, a descoberta de um novo conhecimento (MONTEIRO, 2009).

Por fim, o procedimento utilizado para estruturar a fundamentação teórica dessa pesquisa veio através da bibliográfica, por meio da análise de materiais já publicados disponibilizados em acervos virtuais na internet, possibilitando assim um leque abrangente de informações, além de permitir de dados dispersos em inúmeras publicações (GIL, 1924; LIMA & MIOTO, 2007).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Diante dos diversos impactos ambientais que ocorre atualmente, tem crescido o pensamento social mais voltado a diminuir os impactos ambientais para as presentes e futuras gerações, tornando popular a substituição de algumas coisas cotidianas para evitar o descarte exorbitante de dejetos plásticos. Como exemplos podemos citar a substituição de canudos plásticos pelos descartáveis, o uso de ecobags em substituição as sacolas plásticas, o uso de

escovas de material sustentável em detrimento das escovas plásticas, e por fim, o uso de coletores menstruais ou calcinhas absorventes como substituto dos absorventes descartáveis.

Como meio de exemplificar o impacto dos absorventes descartáveis foi feito um levantamento na cidade de Porto Alegre, e foi constatado que durante a vida menstrual, uma mulher gastará R\$ 5.760,00 reais em absorventes, isso dará 9.600 unidades de absorventes plásticos, gerando 3,4 kg de dejetos plásticos, em contrapartida, com o uso do coletor esse gasto cairá para R\$ 261,00 reais e ao final será produzido 120 g de dejetos, ficando demonstrado a enorme discrepância de impacto ambiental causado pelos absorventes plásticos (CALAZANS, MIRANDA, 2019).

O coletor menstrual é um copo plástico de silicone medicinal, que dura dez anos e pode ser usado até 12 horas seguidas, sendo higienizado na troca e ao fim do ciclo sendo higiene o fervendo (CHARPENTIER, MARION, et al. 2018). O uso do coletor implica algumas coisas, como por exemplo, o conhecimento sobre o próprio corpo, entretanto, conforme dados 54% das mulheres brasileiras não sabiam nem mesmo o que era o ciclo menstrual até ter sua menarca (SEMPRE LIVRE E KYRA PESQUISAS & CONSULTORIA, 2018).

Outro problema sobre o coletor é a higienização, uma vez que entre as trocas deve ser feita uma higienização e ao fim do ciclo deverá ser feita uma fervura dele, entretanto, nem todas as pessoas menstruantes possuem saneamento básico de qualidade, como uma das realidades das pesquisas, está no âmbito escolar que não possuem infraestrutura, a pesquisa nacional de saúde escolar (2015) evidencia alguns dados no tocante a adolescentes que menstruam nas escolas, onde de cerca de 321 mil adolescentes, 3,0% estuda em escolas que possuem banheiros sem as condições adequadas de uso, em escolas públicas o total de meninas sem acesso a banheiros chega a 249 mil (PNS, 2015).

O uso de métodos sustentáveis, implicam necessariamente em uma educação ambiental, cumulativamente com uma educação sexual que vise esclarecer eventuais dúvidas decorrente de ciclos naturais como é o exemplo do ciclo menstrual. É de suma importância a adequação dos meios sustentáveis para que estes estejam ao alcance de todas de forma igual.

4 CONCLUSÃO:

O presente tema foi escolhido pela visibilidade recente que a pobreza menstrual ganhou, tendo projetos de leis sendo desenvolvidos a fim de sanar tal problema e cumulativamente a isso existe a discussão sobre a substituição gradativa de absorventes plásticos por alternativas mais sustentáveis a fim de diminuir o impacto ambiente, entretanto, faz-se necessário refletir se essa substituição é acessível a todas as pessoas que menstruam.

Como demonstrado, a pobreza menstrual além de ser um problema sanitário se apresenta como um problema social uma vez que evidencia a desigualdade social, com a crescente substituição por meios mais sustentáveis, a pesquisa teve como objetivo demonstrar que os meios sustentáveis são necessários uma vez que é demasiado o impacto ambiental causado pelo descarte de plástico, porém os meios sustentáveis precisam ser implementados de forma acessível.

Bem como o acesso de forma acessível, é necessário também uma educação ambiental haja visto que não é de consciência de todos o impacto ambiental dos absorventes, bem como necessária uma política que ensine sobre descarte consciente e também a educação sobre tais meios de contenção de fluxo haja visto a necessidade de conhecimento sobre o próprio corpo para utilização destes.

O trabalho faz-se importante haja visto a discussão recente sobre a pobreza menstrual e paralelamente a discussão sobre necessidade de substituição dos absorventes plásticos por meios sustentáveis como forma de conter danos. A discussão da pobreza menstrual enfoca a necessidade de políticas públicas que visem assegurar essa higiene como direito fundamental

ao acesso a saúde e a educação, e a substituição por meios sustentáveis como forma de preservar o meio ambiente para presentes e futuras gerações integrando saúde e o meio ambiente.

Uma das facetas da importância desse trabalho mostra-se por se desvencilhar do comum e adentrar a assunto ainda pouquíssimo debatido e pesquisado, além de ligar interdisciplinarmente duas esferas: saúde e meio ambiente. Por esses motivos certa dificuldade se mostrou atinente a consubstanciação dessa pesquisa a falta de material que servisse de base referencial, revelando-se este trabalho como um importante motriz desse tema, que merece ainda profundos debates e estudos. Pensando nisso, sugere-se para pesquisa futuras formas de tornar mais acessíveis o acesso a meios de contenção do ciclo menstrual, bem como de novos meios de contenção sustentáveis.

REFERÊNCIAS

CALAZANS, D. B; MIRANDA, A. V. Menstruação sustentável: redução da geração de rejeitos através da educação menstrual. Salão UFRGS 2019: XV SALÃO DE ENSINO DA UFRGS, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/211069>. Acesso em: 28 de jan. 2023.

CHARPENTIER. M, et al. Análise de Ciclo de Vida de Coletores Menstruais e Absorventes Externos Descartáveis. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23046.01604>. Acesso em: 28 de jan. 2023.

FONTELLAS, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H., & Fontelles, R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista paraense de medicina, v. 23 n.3, p. 1-8, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

Investimento Social Privado, 28 de ago. de 2018. SEMPRE LIVRE lança pesquisa global sobre menstruação. Disponível em: <https://inovasocial.com.br/investimento-social-privado/sempre-livre-pesquisa-global-menstruacao/>. Acesso em: 28 de jan. 2023.

LIMA, T. C. S. D., & MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista katálysis, v. 10, p. 37-45, 2007.
MONTEIRO, O. M. C. S. Manual de Metodologia Da Pesquisa no Direito. 5ª edição, São Paulo, Saraiva, 2009.

NERIS. B. B.S. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. Natal: Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES), v. 11, n. 2, 2020.

UNICEF et al. Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 28 de jan. 2023.